



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001310-53.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Simone Garcia Moreira**
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter vendido ao primeiro réu um automóvel mediante financiamento obtido junto à segunda ré.

Alegou ainda que o primeiro réu não promoveu a transferência do veículo, além de deixar de pagar o IPVA a partir de 2010, o que gerou diversos protestos contra ela por parte da Fazenda do Estado de São Paulo.

Almeja à regularização da situação do automóvel e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

O documento de fl. 23 demonstra que, na esteira do relato extraído da petição inicial, a autora vendeu ao primeiro réu o veículo trazido à colação, autorizando-o a transferir para o seu nome em 07 de janeiro de 2009.

Esse réu, em contestação, limitou-se a esclarecer que o veículo nunca lhe pertenceu e que somente o colocou em seu nome para viabilizar um empréstimo a seu filho.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tal argumento não o favorece, seja porque desacompanhado de um indício sequer que lhe conferisse ao menos verossimilhança (é relevante notar que o réu nada amealhou em seu benefício, além de deixar claro que não tinha interesse no alargamento da dilação probatória – fl. 105), seja porque ainda que se admitisse a situação fática noticiada remanesceria certo, a partir do documento de fl. 23, o liame jurídico estabelecido entre ele e o automóvel em apreço.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida no particular, ou seja, para que o réu seja condenado a realizar a transferência mencionada.

Solução diversa aplica-se ao pedido para reparação de danos morais.

Quanto à segunda ré, entendo que não pode ser responsabilizada pela desídia do primeiro réu.

Sua ligação ao caso estava restrita ao financiamento do veículo, apenas e tão-somente, de sorte que não se cogita de sua penalização pela inércia do primeiro réu ao deixar de transferir o automóvel para o seu nome.

Essa questão era estranha a ela e não lhe dizia respeito, o que impõe a rejeição do pleito a seu propósito.

No mais, a própria autora reconheceu que não comunicou a venda do veículo à repartição de trânsito (fl. 140), o que lhe impunha o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro.

Com isso, e como deflui desse preceito legal, ela assumiu a condição de devedora solidária dos encargos pertinentes e por via de consequência deu causa aos protestos indicados na exordial, preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento diverso.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve diversas oportunidades para reconhecer essa solidariedade:

“AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Autora que pretende se eximir das dívidas do veículo vendido a terceiro. Antigo proprietário que responde solidariamente pelos débitos não quitados até a data da comunicação da transferência ao Detran, consoante disposto no art. 134 do CTB. Precedentes. Sentença confirmada. Recurso desprovido” (TJ-SP, Apelação nº 4001432-42.2013.8.26.0224, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. MILTON CARVALHO, j. 25/06/2015).

“AÇÃO ANULATÓRIA. Lançamento de IPVA e multas de trânsito. Inércia da antiga proprietária quanto às providências com relação à transferência do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

aludido bem. Responsabilidade solidária do comprador e da vendedora do veículo pelas multas e dívidas tributárias até a efetivação e comunicação da transferência da propriedade aos órgãos públicos, nos termos do artigo 134 do CTB. Recurso não provido” (TJ-SP, Apelação n.º 994.09.253662-9, rel. Des. **MAGALHÃES COELHO**, 3ª Câmara Direito Público, j. em 16/03/2010).

“COMPRA E VENDA. COBRANÇA. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO NÃO COMUNICADA AO DETRAN. APELANTE QUE SUJEITOU-SE A RESPONDER SOLIDARIAMENTE PELAS MULTAS INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. Apelação improvida” (TJSP, Apelação n.º 9000741-87.2011.8.26.0037, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **JAYME QUEIROZ LOPES**, j. 25/09/2014).

“Ação de obrigação de fazer. Ausência de comunicação da alienação do veículo no departamento de trânsito. Obrigação do vendedor, que responde solidariamente pelas multas impostas se não providenciar a transferência em 30 dias, consoante disposto no art. 134 do CTB. [...]” (TJSP, Apelação n.º 9263467-35.2008.8.26.0000, 36ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **PEDRO BARACAT**, j. 01/07/2010).

Tal entendimento aplica-se igualmente aos débitos de IPVA, porquanto a responsabilidade do antigo proprietário é solidária na esteira da Lei Estadual n.º 6.606/89 (art. 4º, inc. III, parágrafo único), cujas disposições foram mantidas pela Lei Estadual n.º 13.296/2008 (art. 6º, inc. II, § 2º).

Nesse sentido são diversas manifestações do mesmo Colendo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Apelação n.º 0054926-29.2012.8.26.0577, 7ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **LUIZ SÉRGIO FERNANDES DE SOUZA**, j. 17/03/2014; Apelação n.º 0045461-75.2011.8.26.0562, 12ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **VENÍCIO SALLES**, j. 12/03/2014; Apelação n.º 0004678-61.2010.8.26.0114, 5ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **MARIA LAURA TAVARES**, j. 10/03/2014; Apelação n.º 0409340-54.2010.8.26.0000, 4ª Câmara de Direito Público, rel. Des. **PAULO BARCELLOS GATTI**, j. 10/03/2014.

Não vinga, portanto, o pedido versado.

Por fim, a postulação de fl. 10, b, c e d, não há de prosperar porque, como já assinalado na decisão de fl. 24, parte final do item 1, envolve terceiros que, não sendo parte no processo, não poderiam ser afetados pelo que vier a ser aqui decidido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu **APARECIDO RIBEIRO** a transferir para o seu nome o automóvel indicado nos autos no prazo de cinco dias, **contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.**

Intime-se o réu desde já pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo que na hipótese de descumprimento pelo réu deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o mesmo, dando-se por suprida sua iniciativa para que isso sucedesse.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**